




# Perspectiva de Segunda Pessoa em Psicoterapia: as inovações fenomenológicas de Carl Rogers


## Second Person Perspective in Psychotherapy: the phenomenological innovations of Carl Rogers

**Lucia Marques Stenzel**

 <https://orcid.org/0000-0003-2040-1998>

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre  
Brasil

**William Barbosa Gomes**

 <https://orcid.org/0000-0001-9069-2685>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Brasil

### Resumo

O estudo aponta e analisa as inovações clínicas e científicas de Carl Rogers introduzidas à psicoterapia. O foco está no papel da intersubjetividade, aqui entendida como perspectiva de segunda pessoa, mas sem desconsiderar as contribuições advindas das perspectivas de terceira (evidência experimental) e de primeira pessoa (vivência experiencial). O estudo argumenta que a relevância dada a intersubjetividade, a não-diretividade e a abertura à experiência testifica a confluência entre Rogers e o movimento fenomenológico. Tal confluência é realçada pela atenção ao exame dos fatos e fenômenos em múltiplas perspectivas, orientadas pela ética fenomenológica. Neste sentido, o grande equívoco das comparações entre a teoria de Rogers e a fenomenologia está em tomar como ponto de partida uma dada definição de fenomenologia, e não a vivência e a descrição de eventos fenomenais. Por fim, mostra-se como os estudos científicos de Rogers encontram ressonâncias em pesquisas fenomenológicas contemporâneas aplicadas à psicologia.

**Palavras-chaves:** abordagem centrada na pessoa; empatia; incondicionalidade; campo fenomenal; aplicações fenomenológicas.

### Abstract

The study points out and analyzes the clinical and scientific innovations that Carl Rogers introduced to psychotherapy. The focus is on the role of intersubjectivity, here understood as a second-person perspective, but without disregarding the perspectives from third-person (experimental evidence) and first-person (experiential experience). The study argues that the relevance given to intersubjectivity, non-directivity, and openness to experience testifies to the confluence between Rogers and the phenomenological movement. Such confluence is enhanced by examining facts and phenomena from multiple perspectives, guided by phenomenological ethics. In this sense, the mistake in the comparisons between Rogers' theory and phenomenology lies in taking as a starting point a given definition of phenomenology, and not the experience and description of phenomenal events. Finally, it shows how Rogers' scientific studies find resonances in contemporary phenomenological research applied to psychology.

**Keywords:** person-centered approach; empathy; unconditionality; phenomenal field; phenomenological applications.



A influência do pensamento de Carl Rogers (1902-1987) na psicologia clínica norte-americana tem sido amplamente reconhecida. Smith (1982) realizou um levantamento entre psicoterapeutas associados à *American Psychological Association* (APA) para saber quais eram as tendências teóricas dominantes na categoria. Das 415 respostas recebidas, 41% destes profissionais se consideravam ecléticos, mas quando perguntado qual teria sido o psicoterapeuta mais influente 37,35% deles indicaram Carl Rogers. Passados 25 anos, Cook, Biyanova e Coyne (2009) retomaram a questão, perguntando a psicólogos (n = 411) e a não psicólogos (n = 2.048) qual teria sido o psicoterapeuta mais influente. Novamente, Rogers apareceu em primeiro lugar, conforme indicaram 20,7% dos psicólogos e 19,5% dos não psicólogos. Curiosamente, esta proeminência não se estendeu à preferência pela Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) entre terapeutas, mas não impediu que as ideias e achados de Rogers fossem reconhecidos como influentes nos vários sistemas de tratamento psicológicos que vieram depois.

A apresentação e a análise das inovações psicoterapêuticas de Rogers requerem que iniciemos pela redefinição do campo psicológico. Recentemente, Gomes (2021) definiu a psicologia como um vasto campo de manifestações impressivas (percepção, interpretação, imaginação, crenças) e expressivas (gesto, linguagem, ação, comportamento) que podem ser recolhidas em autorrelatos (perspectiva de primeira pessoa, P1P) e/ou obtidas por observações (perspectiva de terceira pessoa, P3P). Contudo, não se pode omitir a relevância psicológica da perspectiva de segunda pessoa (P2P). Crossley (1996) nos mostrou que em áreas como psicologia do desenvolvimento, psicologia social e aplicações psicológicas salienta-se a P2P, que é a intersubjetividade. Com efeito, a intersubjetividade está na base de todo o desenvolvimento evolucionário e civilizatório humano (Zlatev, 2008). Ela se manifesta na capacitação humana para perceber gestos e sinais, para ser sensível ao outro e a situações e para o exercício da prática comunicacional. A intersubjetividade ensejou a formação de grupos, cujo vínculo era o apoio mútuo e a união diante das intempéries. Pela perspectiva de segunda pessoa, a criança vai aos poucos desenvolvendo as perspectivas de terceira pessoa, quando compartilha com outros a atenção para objetos em comum, e a perspectiva de primeira pessoa, quando vai se tornando ciente dos próprios sentimentos e vontades. Em suma, a perspectiva de primeira pessoa (P1P) é experiencial, a perspectiva de segunda pessoa (P2P) é interacional e a perspectiva de terceira pessoa (P3P) é observacional.

Na psicoterapia, cujo cerne é a relação interpessoal, a perspectiva de segunda pessoa é tão efetiva que pode transformar as perspectivas de primeira e de terceira pessoa. A grande riqueza perceptiva e compreensiva que nos oferecem as três perspectivas aparece com clareza no célebre e conhecido *Tornar-se Pessoa*, de Rogers (1961/1987)<sup>1</sup>. A segunda pessoa aparece no capítulo III, na descrição das

<sup>1</sup> Em respeito a historiologia e considerando que todas as obras citadas do Rogers foram consultadas



características das relações de ajuda psicológica. Rogers diz: “a relação terapêutica é apenas uma forma da relação interpessoal em geral, e que as mesmas leis regem todas as relações deste tipo” (p. 43)<sup>2</sup>. Adiante, no capítulo X, Rogers defronta-se com um problema de filosofia ao contrapor pessoa e ciência, isto é, subjetividade (P1P) versus objetividade (P3P). Ele estava diante de uma oposição entre o positivismo lógico da sua formação, para o qual tinha profundo respeito, e o pensamento existencial, que apresentava grande afinidade com a sua vivência terapêutica. Ao lidar com essa oposição, Rogers encaminhou mudanças metodológicas promissoras, com repercussões inovadoras no atendimento clínico e na ciência psicológica.

Assim, o presente estudo tem como objetivo apontar e analisar as inovações clínicas e científicas introduzidas por Carl Rogers, tendo como foco o papel da intersubjetividade (P2P), mas sem desconsiderar as contribuições advindas da P3P, a objetividade científica, e da P1P, a vivência experiencial. A relevância dada a intersubjetividade levanta outra questão: qual o lugar da fenomenologia no pensamento de Rogers? O argumento deste artigo é que as relações entre o pensamento de Rogers e as posições teóricas apresentadas por estudiosos da fenomenologia são confluentes. As inovações de Rogers não vieram de influências da filosofia fenomenológica, mas da sua vivência clínica. Ele foi do evento fenomenal à teoria experiencial, e do estudo amplo de fenomenalidades ao olhar fenomenológico para a pesquisa psicológica. Adianta-se, aqui, que o grande equívoco das comparações entre Rogers e a fenomenologia está em tomar como ponto de partida uma dada definição de fenomenologia, e não a vivência e a descrição de eventos fenomenais.

A exposição está organizada em quatro partes. Na primeira, define as três perspectivas da experiência humana: subjetividade (P1P), objetividade (P3P) e intersubjetividade (P2P). Na segunda, descreve as propriedades fenomenológicas da intersubjetividade em psicoterapia e a função da mesma como perspectiva de segunda pessoa (P2P). Na terceira, toma-se da teoria de Rogers (1959) os conceitos de pessoa, não-diretividade, reflexividade e criação de sentido para demonstrar a função da intersubjetividade na psicoterapia. Na quarta, mostra-se como os estudos científicos de Rogers encontram ressonâncias com pesquisas fenomenológicas contemporâneas: na comparação das descrições intersubjetivas de Fuchs e Rogers; nas inovações científicas lideradas pelo próprio Carl Rogers; e em pesquisas fenomenológicas empíricas contemporâneas.

---

no original, nas referências as entradas estão ordenadas pela data da publicação original e não pela data da tradução utilizada.

<sup>2</sup> Nas citações, utilizou-se a tradução existente em português. Quando não, a tradução foi feita pelos autores.



## Aspectos fenomenológicos das perspectivas de primeira, terceira e segunda pessoa

O pensamento psicológico tem se caracterizado por dois fundamentos que nem sempre andam juntos. De um lado está a subjetividade (a perspectiva experiencial ou interpretativa) e do outro a objetividade (a perspectiva experimental e preditiva). Entre esses dois polos está uma interface definida como intersubjetividade (a perspectiva interacional, interpessoal). Embora a intersubjetividade tenha surgido como um interesse teórico posterior, é ela que está na base do desenvolvimento da subjetividade e da objetividade. Assim, quaisquer métodos utilizados para compreender a experiência humana não podem prescindir de suas origens intersubjetivas (Mascolo & Kallio, 2020). Cada uma dessas perspectivas traz elementos importantes para a compreensão, a descrição e a intervenção da experiência humana. Merleau-Ponty (1945/1996) descreveu as perspectivas da experiência nos seguintes contrastes: na primeira pessoa, está a minha visão de mim mesmo e a visão que o outro tem de si mesmo; na segunda pessoa, está a minha visão do outro e a visão que o outro tem de mim; na terceira pessoa, está a minha visão sobre o objeto e a visão do outro sobre o mesmo objeto.

Fuchs (2013) chamou a atenção para o crescente interesse na segunda pessoa em estudos do desenvolvimento infantil (Reddy, 2003), da compreensão empática (Zahavi, 2001), e da compreensão entre as pessoas ao longo da vida (Gallagher, 2001). O autor então descreveu o que veio a chamar de fenomenologia e desenvolvimento das perspectivas sociais, para diferenciar, em cada pessoa, o que ele diferenciou entre expectativas, entendidas como manifestações implícitas, e metaperspectivas, entendidas como manifestações explícitas. Essa diferenciação foi sintetizada na tabela 1 (Fuchs, 2013, p. 659).

A vinculação entre as manifestações implícitas e explícitas diferenciadas em expectativa e metaperspectiva são definidas a seguir. A perspectiva de primeira pessoa (P1P) refere-se à experiência subjetiva, tanto na impressão (implícita) como na expressão (explícita) da experiência consciente. Tais impressões sofrem influências de sentimentos, percepções, crenças, desejos e imaginações, interferindo nos modos expressivos de julgamentos, deliberações e ações. A forma implícita ou impressiva da P1P corresponde à experiência prerreflexiva básica, uma espécie de autoconsciência em formação (*awareness*). A P1P explícita ocorre quando se toma consciência da própria perspectiva subjetiva, a chamada autoconsciência, que é a consciência da experiência, nos termos de Fuchs (2013), uma metaperspectiva. Em pesquisa, a investigação em P1P explícita recorre a autodescrições ou autorrelatos que podem ser coletadas pelo pesquisador por meio de uma narrativa espontânea, por uma entrevista aberta ou semiestruturada ou até mesmo por questionários. Contudo, há que se diferenciar subjetividade de subjetivismo, sendo a primeira





## Tabela 1

### *Manifestações implícitas e explícitas em expectativas e metaperspectivas*

<b>Pessoa</b>	<b>Expectativa Manifestações Implícitas</b>	<b>Metaperspectiva Manifestações Explícitas</b>
<b>P1P</b>	<b>Autoconsciência prerreflexiva (Experiência consciente)</b>	<b>Autoconsciência reflexiva (Consciência da experiência)</b>
<b>P2P</b>	<b>Autoconsciência prerreflexiva do outro- consciência baseada na interação corporificada</b>	<b>Autoconsciência reflexiva da interação outro-consciência, podendo assumir a perspectiva do outro ou de si mesmo</b>
<b>P3P</b>	<b>Observação de outros</b>	<b>Consciência do outro, assumindo perspectiva do outro, transposição imaginária ou atribuição inferencial</b>

definida como a capacitação humana para a autoconsciência e a segunda como a convicção humana de que os próprios julgamentos constituem a verdade (Brugger, 1987).

A perspectiva de segunda pessoa (P2P) aponta para uma coexperiência, a interatividade e o relacionamento mútuo. Na sua forma implícita, a P2P se caracteriza por uma interação corporificada, isto é, situada espacial e temporalmente, autoconsciência prerreflexiva do outro. Já na sua forma explícita, a P2P se refere à consciência explícita da interação eu-outro ou uma metaperspectiva do eu-outro, que inclui tanto a consciência do eu sobre o outro, como a consciência implícita da consciência que outro tem de si e do outro envolvido na relação. Trata-se de se perceber e de se sentir sendo olhado ou endereçado pelo outro. Essa interação recíproca da P2P pode se dar por meio do engajamento intersubjetivo direto ou pela interação discursiva. Em pesquisa, a análise da P2P pode ser realizada por meio de uma interpretação hermenêutica-linguística ou por meio de uma análise mais abrangente das experiências simultâneas e coocorrentes (Pienkos & Messas, 2018). Na P2P o pesquisador não descreve simplesmente o que foi visto, mas o que foi vivido. Ele interpreta a experiência no diálogo com o outro para obter a comunidade entre o subjetivo e o objetivo, consolidando a intersubjetividade (Mascolo & Kallio, 2020).

A perspectiva de terceira pessoa (P3P) consiste na observação unilateral de situações, de outras pessoas ou de objetos. Por meio da P3P, as manifestações expressivas, que são a objetividade espaço-temporal de um organismo, podem ser observadas e medidas. Fuchs (2013) acrescenta que a P3P implícita é a observação de outros; já a explícita inclui a tomada de perspectiva, ou transposição imaginária, ou, ainda, a atribuição inferencial da perspectiva do outro (metaperspectiva



de terceira pessoa), o que o autor chama de outro-consciência. Nesse tipo de conhecimento, as hipóteses são baseadas em um quadro de referência externo e são verificadas tanto por operações observáveis externamente quanto por inferências científicas. A investigação de terceira pessoa ocorre quando examinamos o que as pessoas dizem e fazem em encontros sociais reais. Como exemplo, pode-se mencionar aquelas situações nas quais pesquisadores observam e registram a atividade de outras pessoas sem se envolverem diretamente.

A fenomenologia e desenvolvimento das perspectivas sociais proposta por Fuchs (2013) pode ser entendida como uma outra maneira de descrever a relação fenomenal e reflexiva entre experiência e consciência. Em termos cognitivos, experiência e consciência funcionam por movimentos reversíveis crescentes. Então, destacam-se: 1) a experiência consciente, que pode ser voluntária ou involuntária; e 2) a consciência da experiência, quando o objeto captado se torna foco da reflexão. Assim, justifica-se a diferença que Fuchs enfatiza entre movimentos implícitos e explícitos. Por implícito, entende-se o que aparece como *intensional*, um termo derivado do latim *intension* que em lógica é utilizado para se referir ao aparecimento fenomenal e à compreensão. Por explícito, entende-se o que está sendo simbolizado em alguma estrutura *extensional* e que pode vir a ser expresso em forma de gestos e palavras (Ferrater-Mora, 1979). Esse movimento entre implícito e explícito ganha relevância metodológica por incluir o impressivo, conceitual (*intensão*) e o expressivo, empírico (*extensão*). O interessante no argumento de Fuchs é a presença da dialogicidade em cada pessoa e os movimentos entre a perspectiva prerreflexiva e o reposicionamento reflexivo, o que seria a consciência da consciência, a metaperspectiva

O trabalho de Fuchs sintetiza uma onda crescente de estudos fenomenológicos sobre a intersubjetividade, questões já trabalhadas por Rogers décadas atrás. Fuchs (2013) não citou nenhum trabalho de Rogers, mas nos surpreendeu em um artigo recente (Galbusera et al., 2022) intitulado *Person-centered psychiatry as dialogical psychiatry*, ao citar a Teoria Centrada no Cliente (Rogers, 1951) como um dos esteios para essa nova abordagem em psiquiatria. Acrescente-se ainda que a proposta de Fuchs para uma fenomenologia e desenvolvimento das perspectivas sociais enseja uma revisão de não-diretividade, como será abordada mais adiante neste artigo.

## **A fenomenologia da perspectiva de segunda pessoa na psicoterapia**

O engajamento intersubjetivo do terapeuta pode apresentar-se de diferentes modos, dependendo das bases epistemológicas que orientam sua abordagem e pesquisa. São muitas as abordagens psicoterápicas que vêm colocando a intersubjetividade e a relação terapêutica como um elemento crucial para o sucesso



terapêutico (Norcross & Lambert, 2018; Parrow et al., 2019; Stenzel, 2021).

De forma geral, há duas perspectivas dominantes na relação terapêutica. Na perspectiva objetiva, considera-se a relação terapêutica como meio para obter informações sobre o paciente. Na perspectiva intersubjetiva, toma-se a relação terapêutica como meio para reconhecer como está o cliente (Zahavi, 2015). Na perspectiva objetiva, visa-se produzir mudanças no paciente e, assim, tratar suas disfunções. Reconhece-se a importância da relação, mas ela não é compreendida como um entre-nós. O paciente é visto como alguém que está para ser decifrado de uma forma imparcial e distante, com o objetivo de uma resposta para as suas perturbações e anseios. Em contraste, na perspectiva intersubjetiva, o terapeuta busca compreender a experiência-relacional de estar ali com o outro, constituindo a experiência do entre-nós.

A intersubjetividade como perspectiva de segunda pessoa sugere que o foco terapêutico não encaminha para o que acontece dentro do paciente e distante do terapeuta, mas para o que vem do mundo vivido, da subjetividade de quem está ali para receber algum tipo de ajuda. A psicoterapia não emerge da observação imparcial, individual e solitária do mundo do cliente, mas sim da atividade colaborativa que emerge na interação e no engajamento da relação terapêutica. Uma relação alicerçada por uma atenção compartilhada e um objetivo comum.

Na relação com o cliente, o terapeuta experiencia uma relação com alguém que, ao mesmo tempo, experiencia uma relação com outros objetos psicofísicos e com outras pessoas, incluindo a relação que ele experiencia com o terapeuta. Nesta relação, ambos vivenciam um mundo que implica originariamente uma mediação e uma experiência da consciência estrangeira, que é uma forma distinta da atenção dirigida pelo e para outro. Por conseguinte, permite-se que as experiências estranhas se revelem e sejam reconhecidas como estranhas.

No espaço psicoterapêutico, terapeuta e cliente vivem um direcionamento mútuo de atenção proporcionada pela relação com um mesmo objeto e objetivo, uma triangulação da relação. Fuchs (2013) denominou esta triangulação de interação triádica de segunda pessoa, que se constitui de uma interação colaborativa entre duas pessoas, visando o mesmo objeto ou objetivo e envolvendo um processo de compartilhamento e compreensão.

A psicoterapia envolve uma interação comunicativa e uma negociação de sentidos típicas da interação triádica de segunda pessoa. As intenções não são dadas *a priori* e estáticas, mas sim geradas e transformadas no processo interativo (Fuchs & De Jaeger, 2009). Por isso, a compreensão do processo psicoterápico deve estar direcionada para a compreensão do sentido produzido pela relação interpessoal e interexperencial que acontece no exercício interativo da comunicação.

Essa breve exposição sobre a perspectiva de segunda pessoa em psicoterapia reuniu elementos importantes do entendimento atual sobre relação terapêutica



numa visão fenomenológica (Fuchs & De Jaeger, 2009) e, por conseguinte, nos remete às contribuições pioneiras de Rogers, que serão abordados a seguir. Na verdade, as relações entre Rogers e a fenomenologia são reconhecidas (Castelo-Branco & Cirino, 2022), mas pobremente justificadas como mostraremos adiante.

## **A fenomenologia da perspectiva de segunda pessoa nas inovações de Carl Rogers**

Em sua prática psicoterapêutica, Rogers (1958) interessou-se primordialmente pela natureza da relação interpessoal que se estabelece entre o terapeuta e o cliente. Deste modo, a relação interpessoal ocupou papel preponderante em seu pensamento. Assim, ao definir os principais conceitos de sua teoria, Rogers (1959) incluiu noções como *campo experiencial*, *campo fenomenal*, *presentação (awareness)*, *simbolização*, *consciência*, *intensionalidade (intensionality)* e as atitudes necessárias para uma comunicação interpessoal efetiva. Obviamente, estes conceitos sugerem uma proximidade ou mesmo uma afinidade com teorias fenomenológicas. Rychlak (1981), em seu clássico compêndio sobre personalidade e psicoterapia, apresentou a abordagem centrada na pessoa como uma fenomenologia aplicada. Spiegelberg (1972) encontrou grandes afinidades da psicoterapia de Rogers com a Fenomenologia. O próprio Rogers (1967) reconheceu que o seu pensamento poderia ser classificado, justificadamente, como fenomenológico e existencial.

Em sendo assim, onde estaria a dificuldade no reconhecimento da fenomenologia de Rogers? Castelo-Branco e Cirino (2022), ao examinar o problema, concluíram que Rogers se aproximou do movimento da fenomenologia estadunidense no sentido de buscar um paradigma de ciência alternativo ao positivismo hegemônico do behaviorismo e, no âmbito da clínica, tinha na fenomenologia uma perspectiva para compreender e pesquisar o self. No nosso entender, Rogers não estava em busca de um paradigma, pois sua prática e pesquisa já apontavam para um novo modelo de teoria e pesquisa. Em outras palavras, as proposições apontavam para um modo mais amplo de se pensar e se fazer psicoterapia.

A dificuldade em relação a classificação do pensamento de Rogers como fenomenológico está em um equívoco muito comum entre psicólogos interessados em fenomenologia. Eles costumam partir da definição da fenomenologia para identificar quais estudos ou práticas são fenomenológicas (Castelo-Branco & Cirino, 2022). Curiosamente, este caminho é inverso às características éticas do movimento fenomenológico. Neste sentido, o procedimento esperado seria tomar os fenômenos focalizados e suas análises para entender como foram estudados e como os resultados foram justificados. Por este encaminhamento, Rogers não seria um subsidiário da fenomenologia, mas sim um investigador empírico cujos achados ampliaram o entendimento fenomenológico, ou seja, um fenomenólogo por seu próprio mérito.





Voltemos à lista das 40 definições de Rogers (1959) para examinar algumas delas. O termo experiência (definição 3) remete a um conceito filosófico e fatural bem estabelecido e se refere tanto ao vivencial, o aqui e agora, quanto ao vivido, as lembranças e as imaginações. Neste conceito, se destaca a noção de presenticidade, referindo-se ao dado imediato que aparece à consciência (campo experiencial, campo fenomenal). Tal momento não pode ser confundido com o ato de representar, que se refere a simbolização (a doação de sentido). O termo usado em inglês *awareness*, verbete sem tradução direta para o português, deve ser entendido como presenticidade à consciência. Então sugere-se o uso do termo *presentar* para indicar esse contato direto, e não *re-presentar*. O uso do termo *intensionality* (compreensão), (definição 21), que não pode ser confundida com *intencionalidade* (direcionalidade), foi no mínimo curioso, pois, ao que parece, Rogers buscava uma palavra para se referir a rigidez cognitiva, o que certamente comprometeria a relação entre a experiência e a consciência. Contudo, a palavra tem um sentido lógico mais amplo referindo-se ao modo geral como as pessoas compreendem a experiência, o que é uma condição fenomenológica *per si* e em primeira pessoa.

A descrição das condições do processo terapêutico (definições de 27 a 34, consideração incondicional e noções conexas) nos traz as perspectivas de primeira e segunda pessoa e a pertinência da comunicabilidade como terceira pessoa (Rogers, 1959). A intersubjetividade foi o ponto de partida “que duas pessoas estejam em contato” (p. 213), referindo ao cliente e ao terapeuta. Em seguida, vem a subjetividade expressa em primeira pessoa no desacordo interno do cliente. A terceira pessoa estaria nas condições relacionais do psicoterapeuta (P2P) que poderá ser documentada em áudio ou vídeo, transcrita e micro analisada objetivamente (P3P). A suspensão fenomenológica pessoal do terapeuta, a incondicionalidade (P2P), foi assim descrita por Rogers (1961/1987):

Em vez de procurarmos insistir em que este processo [terapêutico] serve para objetivos que temos em mente (por mais legítimos que possam ser esses objetivos), ponhamos a única questão que pode realmente fazer progredir a ciência. E a questão é esta: “Qual é a natureza deste processo” (p. 76).

O conhecimento fenomenológico intersubjetivo é apresentado como o único capaz de ampliar a compreensão da psicologia sobre a experiência humana, que incluiria “não apenas o comportamento, mas a pessoa e a perspectiva do observador, e a pessoa e a perspectiva do observado” (Rogers, 1963, pp. 79-80). Para o autor, o conhecimento subjetivo (P1P) e o conhecimento objetivo (P3P) só poderiam ser superados pelo conhecimento intersubjetivo (P2P), que ele denominou de *conhecimento interpessoal e fenomenológico*. Em suas palavras: “Eu proponho a visão de que qualquer ciência psicológica madura use cada uma dessas formas



de conhecimento em relação apropriada com as outras duas” (p. 78). Com esta formulação teórica, Rogers (1963) de fato antecipou em mais de meio século combinações metodológicas em pesquisas circunscritas à ética fenomenológica, aqui entendida como o olhar em múltiplas perspectivas e a suspensão dos vieses do pesquisador. Por exemplo, as múltiplas perspectivas e a suspensão de vieses faziam parte do método de Klinke e Fernandez (2022), combinando observações (P3P) e com entrevistas (P1P) em pesquisa qualitativa com pessoas portadoras de distúrbios psicológicos ou neuropsicológicos. Do mesmo modo, Janusz e Peräkylä (2021) recorreram a métodos paralelos como análise conversacional e recuperação de processos interpessoais auxiliados por entrevistas em terapia de casal. Esses estudos inovadores se basearam na literatura fenomenológica.

A fenomenologia da perspectiva de segunda pessoa na teoria de Rogers pode ser examinada através de três conceitos: pessoa, transversalidade entre o não-diretivo e o reflexivo e criação participativa de sentido.

## 1. Pessoa

O termo pessoa aparece pela primeira vez em título de conferência realizada por Rogers nos meados dos anos 1950 e publicadas em 1958. Da conferência veio o título para o livro “Tornar-se Pessoa” (Rogers, 1961/1987), tendo o seu conteúdo incluído como capítulo 2. Pessoa é definida como um processo relacional de criação de si mesmo que dá sentido à vida, e incorpora a dimensão de liberdade subjetiva. Desta forma, por abordagem centrada na pessoa Rogers assumiu uma concepção de ser humano, oriunda da tradição filosófica ocidental, na qual o tratamento psicológico passa a ser um encontro de pessoa para pessoa (Schmid, 2005). O conceito apresenta-se em estreita relação com a compreensão fenomenológica de segunda pessoa.

Esta conceituação de pessoa remete a premissa fenomenológica de ser-com e ser-entre, uma concepção relacional e intersubjetiva da própria subjetividade (Schmid, 2005). O teólogo e psicólogo social Guareschi (2020), inspirado em Santo Agostinho (354-430 d.C.), diferenciou os termos indivíduo e pessoa. O termo indivíduo remete a algo (ou alguém) é singular, absoluto, *indivisum in se*, sem nenhuma relação com o(os) outro(os). Ao contrário, o conceito de pessoa, mesmo denotando singularidade, implica necessariamente a relação com um outro. Schmid (2003) sintetizou a perspectiva de ser humano em Rogers na seguinte equação: *nós = tu + eu, onde tu = um Outro*<sup>3</sup>. Em outras palavras, em Rogers é preciso partir de um “nós”, de uma posição dialógica para dá início e sustento à equação. Este “nós” deve ser compreendido como igual (=) a soma de “tu + eu”, onde este “tu” deve ser perspectivado como sendo verdadeiramente um Outro, ou seja, res-

<sup>3</sup> The personal or dialogic position: we = you + I, where you = an Other (Schmid, 2003, p.111)



peitado pela sua diferença. Deste modo, o outro (cliente) deve vir sempre primeiro - o que também justifica a expressão "centrada-no-outro". Na equação de Schmid, a relação sujeito-sujeito é convergente ao entendimento fenomenológico da condição de estar ao mesmo tempo ciente do outro e de si mesmo. Sendo assim, o encontro só se torna possível quando essa condição é atendida. Para Schmid (2005), colocar outra pessoa em primeiro lugar significa levar em consideração que o outro é essencialmente diferente de mim.

Se o outro é entendido como "um outro" isso significa que eu estou implicitamente ciente de mim mesmo. É justamente esta "estrangeiridade" do outro que possibilita que o eu-terapeuta o reconheça e o aceite sem impor-lhe condições. Segundo Schmid (2001) é esta estrangeiridade que torna o terapeuta aberto ao outro em seu modo de ser concreto, típico e único; ou seja, uma atitude que diz "sim" ao outro como pessoa, na sua essência, no seu modo de ser. Nesta ética está a confirmação existencial da pessoa do outro.

## 2. Não-diretividade e reflexividade

A não-diretividade (Rogers, 1942; Rogers, 1942/2005) é uma forma peculiar de perspectivar o outro no processo terapêutico, não só em termos clínicos, mas também em termos de pesquisa. A não-diretividade é uma forma ativa e proativa de interação explícita com o outro guiada por preceitos éticos de aceitação, incondicionalidade e respeito. Operacionalmente é uma modalidade de suspensão fenomenológica, pois, nesta condição, o terapeuta renuncia ao seu quadro referencial para compreender o quadro referencial do cliente. Schmid (2005) descreveu a não-diretividade como a arte de não-saber e, ao mesmo tempo, um jeito de estar com o cliente. É no exercício da não-diretividade que a pessoa que pede ajuda é elevada a um lugar de reconhecimento. Em nível reflexivo, o terapeuta se concentra na interação expressando como compreende os sentimentos do cliente e verbalizando seus próprios sentimentos, ou seja, por meio de uma autoconsciência reflexiva da interação self-outro (metaperspectiva) (Fuchs 2013). Assim, o diálogo de segunda pessoa leva a uma transposição de lugares, com o terapeuta se colocando no lugar do outro para deliberar conjuntamente sobre seus motivos e intenções.

A tomada de perspectiva do outro é obtida por meio de uma escuta ativa, permitindo que a pessoa se mostre como está, sem ser pautada por intenções, curiosidades e desejos do terapeuta (Schmid, 2005). O terapeuta está, simultaneamente, ciente do outro e de si mesmo, como visado ou abordado pelo outro (P2P), ou seja, como uma pessoa envolvida no processo e não como um observador. É neste intercâmbio entre a própria presença e a estrangeiridade do outro que surge simultaneamente: a singularidade do cliente, o modo de agir do terapeuta e o processo terapêutico.



A pertinência interpessoal da tomada de perspectiva do outro, alcançada por meio da não-diretividade, ultrapassou os limites da psicoterapia. Englander (2020) ressaltou que a não-diretividade é uma noção fundamental para a entrevista fenomenológica em pesquisas qualitativas. Rogers (1945) já reconhecia que a abordagem não-diretiva era tão necessária às entrevistas em pesquisas sociais quanto ao atendimento psicoterapêutico.

A não-diretividade e o desejo por uma responsividade ética levaram Rogers a um interesse especial pela comunicação entre cliente e terapeuta e a criação participativa de sentido em sessão. Esta composição aponta para as interações triádicas e colaborativas de segunda pessoa (Fuchs, 2013), implicando necessariamente os processos comunicativos verbais ou não verbais. Ressalta-se que o retorno ao conceito de não-diretividade não pode ser confundido com as fases muito referidas do pensamento de Carl Rogers. Este desenvolvimento foi descrito em três fases tanto por Puente (1970), na França, quanto por Hart (1970), nos Estados Unidos. As três fases seriam: 1) não-diretividade, com ênfase nas técnicas interativas; 2) reflexividade, com ênfase nas atitudes terapêuticas e compreensão de sentimentos; e 3) *experiencing*, com ênfase na abertura à experiência. A não-diretividade tem sido redefinida como criação participativa de sentido, como será discutido no próximo item.

### 3. Criação participativa de sentido

Ao analisar o processo terapêutico, Rogers (1942, 1942/2005) associou as evidências empíricas de diálogos terapêuticos obtidas em sessões gravadas em áudio (terceira pessoa, P3P) com evidências autorreflexivas de primeira pessoa (P1P). As evidências indicavam que a relação não se caracterizava por uma intervenção solitária em decifrar ou simular os movimentos do cliente, mas de uma interação corporificada em busca de significados comuns ao cliente e ao terapeuta (P2P). Os significados comuns não se referiam a negociações para o cliente assumir os sentidos do terapeuta, mas a criação participativa de sentido. Os novos entendimentos para as queixas iniciais estavam associados a essa interação corporificada, que é a presença orgânica real do cliente e do terapeuta. Este movimento para a autocompreensão contemplou a autoridade de primeira pessoa como legítima para eclodir na força das próprias experiências, como dor, medo e ansiedade. Entretanto, a forma e o significado desses sentimentos vividos pelo cliente dependiam de um contexto compartilhado no qual as experiências poderiam ser identificadas e nomeadas.

Coube a Rogers (1942, 1942/2005) a inovação de documentar *ipsis litteris* o primeiro atendimento psicoterapêutico totalmente gravado em áudio. O caso Herbert Bryan ocupou aproximadamente 40% das páginas do livro, reportando oito





sessões, com 614 interações verbais entre o cliente e o terapeuta. Neste registro, está documentado a inovação de Rogers em descrever e entender a interação verbal entre o terapeuta e o cliente. Posteriormente, Rogers (1958, 1961/1987) retornou ao estudo da interação verbal se questionando sobre que teoria poderia recorrer para analisá-la. Ele ponderou que poderia proceder a análise com base na teoria da comunicação, na teoria da aprendizagem, ou mesmo na teoria geral dos sistemas. No entanto, considerando que estava diante de um campo de investigação tão novo, ele concluiu que:

Um novo domínio talvez exija em primeiro lugar que nos fixemos nos acontecimentos, que nos aproximemos dos fenômenos com o mínimo de preconceitos possível, que assumamos a atitude observadora e descritiva do naturalista, extraíndo inferências elementares que parecem ser mais próprias ao material estudado (Rogers 1961/1987, p. 110).

Assim, ele descreveu o processo terapêutico em setes fases indicando as mudanças na verbalização do cliente. As fases descreviam desde um início no qual a pessoa tende a verbalizar de maneira impessoal, referindo-se ao que outros diziam ou como as coisas tendiam a ser, até a fase na qual a pessoa é capaz de referir a si mesma diretamente e de verbalizar sentimentos com detalhes. Nas verbalizações, o eu sinto, eu faço, eu fiz e não faço mais, vai gradativamente substituindo o ele disse e o que os outros falaram. Nesta descrição do processo terapêutico, o que define um estágio específico do cliente é a sua forma de se expressar e de se comunicar com o terapeuta e, conseqüentemente, a forma como o terapeuta facilita ou dificulta essa comunicação. Com efeito, as pessoas poderão entrar e sair da psicoterapia em diferentes fases, não correspondendo ao que foi descrito como início, e sair antes de ter alcançado o que foi descrito como a fase final.

A relação entre o estudo dos fenômenos e a ética fenomenológica está muito clara nesta descrição do processo terapêutico. Destaca-se, em primeiro lugar a abertura para o novo, com o mínimo de preconceitos possíveis. Em segundo lugar, a preocupação com uma descrição tão fidedigna quanto o naturalista. A inovação está na orientação científica e fenomenológica para o estudo da segunda pessoa, a intersubjetividade.

### **Do estudo dos fenômenos para a ética fenomenológica**

Como enunciado, o presente estudo é uma análise das inovações introduzidas por Carl Rogers nas práticas psicoterapêuticas, tendo como objetivo ressaltar o papel da segunda pessoa na relação intersubjetiva entre pessoa (cliente) e pessoa (terapeuta). Tais inovações têm sido apontadas nas seções precedentes, mas ainda requerem análise minuciosa. Essa análise está alicerçada na definição de três



termos: fenômeno, fato e ética. Essas três definições demonstrarão o que estamos propondo como ética fenomenológica e porque estamos considerando a abordagem centrada na pessoa como uma fenomenologia aplicada.

Em ciência, os termos fenômenos e fatos são usados frequentemente, mas sem cuidadosa diferenciação. O termo fenômeno pode ser definido como algo que aparece em movimento, como uma apresentação de tempo e uma omissão de espaço. Nestas situações, o espaço é estimado pela natureza dos movimentos. A tomada de consciência da experiência fenomenal é gradativa, desejando-se que seja experienciada por diferentes ângulos e refletida por contrastes e variações de sentido. A tomada de consciência é sempre uma interpretação. Por isso se diz que o fenômeno é um *capta (quod erat inveniendum)*, o que está para ser descoberto. Em contraste, o termo fato pode ser definido como algo que está estático, pronto a verificações. A tomada de consciência da experiência fatural é imediata, podendo ser medida em todas as suas dimensões. Por isso se diz que o fato é um *datum (quod erat demonstrandum)*, o que é dado em evidência ou invenção (Lanigan, 1992).

O termo ética está associado à boa conduta ou a um princípio reconhecido e almejado, mas nem sempre alcançável, por exemplo, a felicidade. Nesta análise, o termo ética está sendo usado no sentido de práxis e é baseado no conceito grego de *praktiti (πρακτική)* que no entender de Aristóteles (384 a. c. – 322 a. c.) se refere tanto à ética (a boa vida) quanto à política (a boa cidade) (Aristóteles, 1992). Como prática, ética é uma teoria aplicada a um contexto particular, com o objetivo de especificar um problema tendo em vista uma solução (Lanigan, 1992). Na presente análise, o termo ética aparece associado ao termo fenomenologia. O termo fenomenologia ganhou relevância e se tornou muito conhecido pela filosofia de Edmund Husserl (1859-1938). No entanto, nos primórdios da psicologia científica, o termo fenomenologia era de uso corrente entre pesquisadores alemães (Boring, 1929). Entre os pesquisadores da psicologia, o termo fenomenologia ganhou relevância nos trabalhos de Carl Stumpf (1848-1936), que a definia como o que aparece com a experiência, mas que não podia ser confundido com as funções ou atos de lidar com a própria experiência. Assim, ele designava a fenomenologia como um primeiro passo na realização de um trabalho empírico para discriminar e explorar o fenômeno subjetivo. Para ele, o fenômeno não era um dado da física, e a fenomenologia seria uma ciência propedêutica tanto para a física quanto para a psicologia. Contudo, o escopo fenomenológico vai além, exigindo do pesquisador um compromisso de isenção máxima alcançável para evitar a interferência de sua P1P no que se apresenta para análise como P3P. Deste modo, o que estamos denominando por ética fenomenológica refere-se à isenção de valores e de preferências do pesquisador diante do campo fenomenal do qual procedem os tomados (*capta*). Merleau-Ponty já dizia que a fenomenologia era um projeto inacabado e defendia



uma visão ampliada de intencionalidade. Ele perguntou: “Deve-se compreender a história a partir da ideologia, ou a partir da política, ou a partir da religião, ou a partir da economia?” E ele mesmo respondeu: “Deve-se compreender de todas as maneiras ao mesmo tempo, tudo tem um sentido, nós reencontramos sob todos os aspectos a mesma estrutura do ser” (Merleau-Ponty, 1945/1996, p. 17). Com essas palavras de Merleau-Ponty, podemos interpretar que, em psicologia, a pesquisa deve ser considerada e compreendida em P3P e em P1P, podendo, em certas circunstâncias, ser intermediada por P2P. Recentemente, pesquisadores como Fuchs et al. (2019) argumentaram que a fenomenologia esteja presente tanto em P3P quanto em P2P, principalmente no estudo das relações interpessoais.

Rogers (1963) pronunciou-se sobre a sua posição diante das três forças que dominavam o cenário da psicologia norte-americana: behaviorismo, psicanálise e humanismo. Ele foi bastante minucioso na identificação de cada força. Por behaviorismo, ele incluiu objetividade, experimentação, impessoalidade, positivismo lógico, operacionalismo e laboratório. Associados à psicanálise apareceram termos como freudismo, neofreudismo, psicologia do inconsciente, instintual, psicologia do ego, psicologia do id, psicologia dinâmica. O humanismo foi identificado com fenomenologia existencial, teoria do self, autoatualização, saúde e crescimento e tornar-se, e ciência da experiência interior. Ao prosseguir com sua argumentação, Rogers teve o cuidado de esclarecer que se identificava com a terceira força, mas que falava apenas por ele mesmo. O que interessa para nossa argumentação é que o próprio Rogers, em várias oportunidades, se identificou com a fenomenologia pela correspondência encontrada com a sua concepção de clínica e de pesquisa. Rogers (1961/1987) recomendava a suspensão de valores e preferências tanto na clínica como na pesquisa por meio da não-diretividade e da reflexividade. Na pesquisa, ele realizou uma prática inovadora e peculiar na articulação entre as perspectivas P3P, P1P, intermediada por P2P.

A seguir, abordaremos posições que justifiquem essa proximidade de Rogers com a fenomenologia em quatro segmentos, demarcando suas inovações. Primeiro, nós retomaremos a descrição fenomenológica oferecida por Fuchs (2013) sobre o círculo progressivo entre experiência e reflexividade, por ele definida como perspectiva e metaperspectiva, para relacioná-la conceptualmente com a não-diretividade e a consciência reflexiva (P2P). Segundo, nós destacaremos as inovações metodológicas relatadas por Rogers e Dymond (1954), ao procurar fazer ciência considerando tanto a P3P quanto a P1P. Terceiro, nós apontaremos como estas preocupações com P2P, P1P e P3P foram consistentes e sucintamente descritas por Rogers (1961). Por fim, nós recorreremos à literatura contemporânea fenomenológica para indicar como Rogers antecipou práticas e pesquisas hoje largamente usadas por pesquisadores não necessariamente vinculados à ACP.



## 1. As descrições intersubjetivas de Fuchs e Rogers

Mascolo e Kallio (2020) sugeriram que a análise do engajamento intersubjetivo (P2P) pode ser realizada por interpretação hermenêutica-linguística ou por análise das experiências simultâneas e coocorrentes. Assim, nós vamos recorrer ao linguista norueguês Hjelmslev (1961) para relacionar e correlacionar a fenomenologia do desenvolvimento das perspectivas sociais de Fuchs (2013), com a fenomenologia das condições necessárias ao processo terapêutico de Rogers (1959). Hjelmslev usou os termos relação e correlação para diferenciação linguística em funções de dependências uniformes entre discursos, ou entre discursos e outros objetos. Nestes termos, relação é definida por analogia a um dado contexto (inclusão) que, por conseguinte, implica em um contrário, que é definido como correlação (exclusão). Então, por inclusão entende-se a relação do tipo e...e (e 'A'/e 'B'), por exclusão entende-se ou...ou (ou 'A'/ ou 'B').

Primeiro nós vamos examinar a fenomenologia de Fuchs (2013). Ele descreve o desenvolvimento das perspectivas sociais em uma circularidade crescente, cujo movimento ocorre entre passos implícitos e explícitos, estando neste movimento as conversões da subjetividade em intersubjetividade, e nestas conversões as revisões e mudanças das perspectivas subjetivas e objetivas. Em outras palavras, poderia se dizer que o autor se refere ao clareamento perceptivo de si, do outro e do interpessoal. A subjetividade é a capacitação para a autoconsciência reflexiva tanto de si mesmo quanto da relação self-outro, mas o processo de abertura à experiência é mediado pela intersubjetividade.

Na fenomenologia de Rogers (1959), uma pessoa com subjetividade vulnerável (desacordo interno) tem em si mesmo uma ruptura por viver em uma situação ou...ou, ou seja, entre excluir A ou B. A transformação desta correlação de excluir por uma relação de incluir está no encontro com uma pessoa em subjetividade congruente (acordo interno). A relação de inclusão e...e será mediada pela intersubjetividade expressa e vivenciada por uma ambiência de consideração positiva incondicional (ética fenomenológica) e de compreensão empática (fenomenologia aplicada). Tal movimentação não seria possível na ausência do encadeamento entre as manifestações prerreflexivas e reflexivas responsáveis pelos avanços entre perspectiva e metaperspectivas, como definido por Fuchs (2013), que é a condição receptiva da pessoa que busca ajuda. Sem essa receptividade, a pessoa poderá permanecer no desacordo do tipo ou...ou (ou ser ou não ser, como diria William Shakespeare [1654-1616])

A diferenciação entre manifestações implícitas e explícitas apresentadas por Fuchs (2013) ajuda-nos a entender uma importante inovação fenomenológica na teoria de Rogers. Trata-se da relação inclusiva/exclusiva entre intensão humana (impressão, percepção, compreensão) e extensão humana (expressão, linguagem,





comportamento). A relação é inclusiva/exclusiva, pois a percepção está para a expressão em uma forma de linguagem que é simétrica, uma requer a outra, e reversível, uma pode tomar o lugar da outra (as metapespectivas). Isto é, o que é intensão (implícito) passa a ser extensão (explícito) em movimentos reversivos crescentes, sendo que um sempre e necessariamente requer o outro. Neste movimento está a comunicabilidade humana, tanto em nível intrapsíquico (subjetividade) quanto em nível interpessoal (intersubjetividade). Com esta movimentação pode-se chegar à objetividade, pois a manifestação explícita (extensão) é factível de registro (*data*) e análise científica. Certamente, a pouca atenção dada pelos estudiosos às questões estruturais do campo fenomenal e das articulações fenomenológicas dificultam o entendimento e a proposição de aplicabilidades advindas da fenomenologia. Ainda, com base na descrição discursiva, pode-se afirmar que o resultado deste processo reversivo entre intensão e extensão, intermediado pela segunda pessoa, levará às reversões entre relação (e...e) e correlação (ou...ou) que são materializadas na abertura à experiência e na resignificação. A mesma reversão ocorre nas aplicações fenomenológicas à ciência, quando se é capaz de diferenciar escolha de contexto (por exemplo, o uso de entrevistas abertas) e contexto de escolha (por exemplo, o uso de questionários fechados). A escolha de contexto aparece claramente em Rogers (1958), quando ele se refere à interação verbal na abordagem centrada na pessoa como uma novidade a requerer uma nova explicação. Se ele preferisse recorrer a uma das teorias existentes, estaria substituindo um quadro referencial emergente (escolha de contexto) por outro já preexistente (contexto de escolha). Nestas situações, o fenômeno é precedido pela teoria, ou a explicação precede à descrição.

A breve comparação entre as fenomenologias de Fuchs (2013) e Rogers (1959) nos autoriza a afirmar que há, entre elas, uma relação análoga. A ausência desta analogia ocorreria na falta dos elementos indicados, a saber, o funcionamento das capacitações prerreflexivas e reflexivas. As antecipações de Rogers quanto às relações simétricas e reversíveis entre intensão e extensão serão discutidas a seguir.

## **2. As inovações científicas lideradas por Carl Rogers**

Carl Rogers foi pioneiro na realização de pesquisas empíricas em psicoterapia. A primeira grande iniciativa neste sentido foi empreendida junto ao *Counseling Center da University of Chicago*, com apoio da *Rockefeller Foundation*, e que teve a duração de aproximadamente cinco anos. A ideia era que o projeto abrangesse não somente a ACP, mas também outras psicoterapias. Contudo, parece não ter havido interesse de outros grupos terapêuticos em participar da pesquisa. As considerações que seguem estão baseadas nos relatos dos vários pesquisadores que



participaram do projeto (Rogers & Dymond, 1954). O nosso objetivo em retomar esse histórico programa de pesquisa, que também aparece de forma resumida em Rogers (1961/1987), é ressaltar a proeminência da segunda pessoa (P2P), caracterizada pelo foco nas relações interpessoais e no campo fenomenal, e da ética fenomenológica, caracterizada pela nova abordagem ao conjunto de informações obtidas por vários instrumentos e situações.

Evidências de ética fenomenológica já aparecem em um comitê constituído por psicólogos notáveis de diferentes orientações teóricas para acompanhar o andamento da pesquisa em reuniões periódicas. Entre aqueles que tomaram parte no comitê, destacamos a participação do behaviorista Orval Hobart Mowrer (1907-1982) professor na *University of Illinois*, um dos introdutores da terapia comportamental; do psicólogo David Shakow (1901-1981) do *Worcester State Hospital*, Massachusetts, fundador do primeiro programa de residência para psicólogos; e do neuropsicólogo James Grier Miller (1916-2002), fundador do *Multi-disciplinary Mental Health Research Institute at the University of Michigan*. Ou seja, a ideia era realmente dar transparência à pesquisa.

Os participantes foram selecionados randomicamente, considerando a proporção quanto ao sexo e à condição de estudante e não estudante, e divididos em três grupos: terapia, controle e controle equivalente. O grupo de controle equivalente contou com a participação de pessoas com as mesmas características daquelas que estavam no grupo de terapia e no grupo de controle, e que aceitaram colaborar com um estudo sobre mudança de personalidade. Eles se submeteram a mesma bateria de testes dos demais grupos. Os participantes eram avaliados 60 dias antes do início do tratamento, após seis meses e após um ano. Testes foram realizados depois da sétima, décima segunda e vigésima sessão. Como se pode observar, a equipe seguiu rigorosamente as exigências do delineamento experimental.

Foram utilizados vários instrumentos, conforme exemplos a seguir. O Q-sorts, um instrumento no qual o respondente classifica cartões com frases descritivas sobre si mesmo, foi usado para comparar o self atual com o self ideal. Teste de Apercepção Temática (TAT) serviu para avaliar os efeitos da terapia na personalidade e no ajustamento pessoal. O teste foi avaliado por dois psicólogos de diferentes orientações teóricas. A *Self-Other Attitude Scale* mediu as mudanças de atitudes quanto à receptividade e à democracia e quanto à relação entre etnocentrismo e resposta ao tratamento (na pesquisa, o tratamento não se mostrou adequado para algumas etnias). O *Willoughby Emotional-Maturity*, também com uso de classificação de cartões, avaliou mudanças na maturidade emocional. Os participantes e dois amigos responderam a escala.

Para Rogers, essa teria sido a primeira grande pesquisa baseada rigorosamente na análise objetiva de dados fenomenológicos. Mesmo assim, ele reconheceu que trabalhar com dados fenomenológicos não seria novidade, pois psicólogos há



muito trabalham com questionários, entrevistas, respostas a borrões ou a fotografias. Como se pode constatar, o termo fenomenológico aqui se refere ao estudo do subjetivo, como sentimentos, crenças e experiências pelos instrumentos tradicionais de pesquisa. A inovação de Rogers estava em deixar de lado o quadro de referência de alguma teoria e tomar o quadro de referência da própria pessoa. A ideia era buscar a própria visão de si e do mundo do participante, isto é, o seu mundo fenomenal. Para o autor, o interesse não estava em demonstrar sucesso ou falha do tratamento, mas sim como o campo fenomenal ia se reorganizando como efeito do tratamento. Observa-se que os dados fenomenológicos estão sendo tomados como P1P e as análises objetivas destes mesmos dados como P3P. O reconhecimento e a análise de P2P tinha como foco a relação interpessoal, na qual os sentimentos foram compartilhados com respeito e consideração e livre de pressões e possessões. O bom andamento e mudanças decorrentes da terapia foram associadas à qualidade da relação interpessoal.

Nesta grande pesquisa (Rogers & Dymond, 1954), a perspectiva de segunda pessoa (P2P), a intersubjetividade, destacou-se como o núcleo central da ACP e foi fator preponderante diante dos resultados obtidos. A ética fenomenológica, na nossa avaliação, mostrou-se na inclusão: 1) das diferentes perspectivas dos vários instrumentos; 2) de inovações como as avaliações do tratamento pelo terapeuta, pelo cliente e pelos amigos do cliente; 3) do foco no campo fenomenal; 4) do cuidado de incluir um comitê externo para acompanhamento dos trabalhos; e 5) no reconhecimento das discrepâncias entre as várias perspectivas. Como exemplos de discrepâncias, podemos citar a baixa correlação entre diagnósticos por diferentes profissionais, observações de dois amigos e análises do TAT por dois psicólogos de diferentes orientações. A ética fenomenológica está, sobretudo, no compromisso com a justiça e com a lisura dos dados (*data*) nas medidas e dos tomados (*capta*) nas interpretações. Os dados fenomenológicos, como tomados de pesquisa, foram considerados de muito valor, sobretudo pela formação de novas hipóteses e de novas questões.

Nós tivemos acesso a três revisões de Rogers e Dymond (1954). Elas foram escritas por um cientista social (Ripple, 1955) e por três psicanalistas (Boigon, 1956; Wyatt & Williams, 1961). Os revisores reconheceram o mérito, o rigor e a originalidade das pesquisas, mas apontaram algumas fraquezas. Ripple alegou que os trabalhos apresentaram dificuldades quanto à falta de independência entre estudos e entre hipóteses, e que o interesse estava mais voltado para a exploração do campo fenomenal do que da diferença entre os grupos experimentais e controles. Outra fraqueza foi ter usado os mesmos estudos para confirmar ou reforçar um ao outro, quando o desejado seria que a confirmação viesse de grupos com outros participantes e com outros instrumentos. Boigon reconheceu que os vários estudos estavam mais preocupados em compreender do que em explicar a rela-



ção entre psicoterapia e mudanças pessoais. Para o autor, a correlação estatística entre as condições relacionais de receptividade e de compreensão e o sucesso na terapia ficou bem evidente. Contudo, nenhuma correlação foi encontrada entre o "sucesso" e o grau em que a relação cliente-terapeuta foi explorada. Wyatt e Williams indicaram que a psicoterapia é bastante complexa para se submeter a estudos empíricos, sendo muito difícil apontar para o que leva a mudanças. Eles alegaram que os resultados favoráveis se devem principalmente à duração do relacionamento cliente-terapeuta. Depois das menções às revisões, convém dizer que Rogers reconheceu os muitos problemas e dificuldades encontradas entre o planejamento e a execução da pesquisa. Mesmo assim, os muitos problemas e dilemas encontrados foram bem recebidos na expectativa de que surjam teorias mais sensíveis e instrumentos mais apropriados às pesquisas em psicoterapia.

### **3. A ética em pesquisas fenomenológicas empíricas contemporâneas**

A ACP é reconhecida (Elliott et al., 2004) como parte das psicoterapias experienciais que, embora divirjam em alguns aspectos teóricos, enfatizam o relacionamento interpessoal e o processo reflexivo na criação de novos sentidos. Outro aspecto comum entre esses tratamentos são os métodos desencadeadores da experiência emocional, como a empatia e o comprometimento com a abordagem fenomenológica.

A associação entre autorrelatos (P1P), entrevistas (P2P) e dados observacionais (P3P) em análises qualitativas e quantitativas vem se tornando corrente entre pesquisadores em psicoterapia que alegam algum vínculo com a fenomenologia. Vejamos alguns exemplos. Klink e Fernandez (2022) associaram entrevistas fenomenológicas e observações para estudar pessoas com experiências de desordem psiquiátrica ou neurológica. Mascolo e Kallio (2020) defenderam a utilização ou corroboração de múltiplos recursos de evidências no estudo da fenomenologia intersubjetiva. Gomes (2018) tomou a fenomenologia como princípio ético e analítico para pesquisas em efetividade psicoterapêutica e em reflexividade, utilizando a segunda pessoa como esclarecimento a dados de terceira pessoa (observação, experimentação e medidas) e a tomados de primeira pessoa (autorrelatos e entrevistas). Elliott, um dos mais destacados pesquisadores em ACP e de tradição quali-quantitativa, reafirmou a pertinência da análise da interação verbal e das pesquisas qualitativas microanalíticas como um dos eixos mais avançados na pesquisa empírica em psicoterapia (Elliott et al., 2010). A combinação de metodologias qualitativas, como análise conversacional e recuperação de processos interpessoais (Janusz & Peräkylä, 2020), e sistemas de codificação de processos narrativos como o *Narrative-Emotion Processes Coding System* (NEPCS) (Angus et al., 2017), confirmam o diálogo crescente que vem sendo estabelecido na pesquisa de processos





sequenciais microanalíticos de interação comunicativa/narrativa e metodologias de base fenomenológica. Desde modo, nós podemos afirmar que a articulação entre métodos tão bem utilizadas por Rogers (Rogers & Dymond, 1954) continua próspera e promissora.

## Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo apontar e analisar as inovações clínicas e científicas introduzidas por Carl Rogers (1902-1987). Essas inovações foram demarcadas na proposição de um tratamento psicológico, tendo como princípio as relações interpessoais. Ao considerar as articulações entre as três perspectivas humanas, nós destacamos a perspectiva da segunda pessoa - a intersubjetividade - como a base da abordagem centrada na pessoa, e por extensão às abordagens experienciais. A pertinência da segunda pessoa, ou das relações interpessoais, é hoje reconhecida como fundamental à efetividade psicoterapeuta, inclusive por tratamentos de tradição psicanalítica e cognitivo comportamental. As relações interpessoais têm sido nomeadas de diferentes modos, seja como aliança, aliança de ajuda, aliança de trabalho ou aliança terapêutica. A atenção contemporânea à relação terapêutica reconhece que, se essa condição não for atendida, o tratamento não será efetivo (Horvath et al., 2011). Importante indicar que os autores reconheceram o pioneirismo do trabalho de Carl Rogers neste campo.

A articulação entre as três perspectivas (P1P, P2P e P3P), além de condição primordial para o desenvolvimento social e humano, está também na base do conhecimento científico, principalmente nas ciências sociais e humanas. Na prática, isto significa a combinação entre diferentes métodos e diferentes modos de acesso ao objeto em estudo. Nesta articulação, se encontra o que temos chamado de ética fenomenológica. Neste sentido, diferenciamos dois pontos importantes, a preocupação de Rogers com o estudo do campo fenomenal e com a ética fenomenológica. Como foi dito, o campo fenomenal refere-se ao modo como a pessoa compreende e interpreta o mundo, os outros e a si mesma, ou seja, a subjetividade. Em Rogers, o interesse foi saber como esse campo fenomenal poderia ser transformado e reabilitado numa intersubjetividade propriamente estabelecida. A ética fenomenológica refere-se ao compromisso do pesquisador em buscar compreender o seu objeto de pesquisa nas diferentes perspectivas e buscar fazer justiça ao que recolhe seja como *data* ou *capta*.

O tratamento psicológico e psiquiátrico é uma área em permanente expansão, seja pela descoberta de novos recursos interpessoais e pedagógicos, seja pelo avanço das neurociências, da psicopatologia e da bioquímica. O conceito de um tratamento único para todos não mais é aceito. As pessoas são diferentes e requerem tratamentos e abordagens diferentes. Mesmo assim, a relação interpessoal, a



segunda pessoa, continua como sustentáculo da efetividade do tratamento.

A fenomenologia é um grande campo filosófico que tem inspirado a psicologia experimental e aplicada com novas ideias e conceitos. A sua principal contribuição foi a ênfase na pertinência da corporeidade da consciência como vinculada à experiência presentificada e direta do mundo, do outro e de si. A relação de Carl Rogers com a fenomenologia foi de identificação à sua maneira. Ele não foi um seguidor desse ou daquele filósofo, mas um pesquisador que trouxe grandes contribuições para a fenomenologia aplicada em psicologia, ou seja, um fenomenólogo por mérito próprio.

## Referências

- Angus, L. E., Boritz, T., Bryntwich, E., Carpenter, N., Macaulay, C. & Khattra, J. (2017). The Narrative-Emotion Process Coding System 2.0: A multi-methodological approach to identifying and assessing narrative-emotion process markers in psychotherapy. *Psychotherapy Research*, 27(3), 253-269. <https://doi.org/10.1080/10503307.2016.1238525>
- Aristóteles. (1992). *Ética a Nicômacos* (M. da Gama Kury, Trad.). Edunb.
- Boigon M. (1956) Psychotherapy and personality changed edited by Carl R. Rogers and Rosalind F. Dymond. *Book Review. The American Journal of Psychoanalysis*, 16(2), 175-185.
- Boring, E. G. (1929). *A history of experimental psychology*. The Century Co.
- Brugger, W. (1987). *Dicionário de filosofia* (A. P. de Carvalho, Trad.). EPU.
- Castelo-Branco, P. C. C. & Cirino, S. D. (2022). Carl Rogers e a Recepção da Fenomenologia na Psicologia Estadunidense. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 38, e38405. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e38405>
- Cook, J. M., Biyanova, T. & Coyne, J. C. (2009). Influential psychotherapy figures, authors, and books: An Internet survey of over 2,000 psychotherapists. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training*, 46(1), 42-51. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/a0015152>
- Crossley, N. (1996). *Intersubjectivity: The fabric of social becoming*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Elliott, R., Greenberg, L. S. & Lietaer G. (2004). Research on Experiential Psychotherapies. In M.J. Lambert (Ed.). *Bergin & Garfield's Handbook of psychotherapy and behavior change* (pp. 493-539). Wiley.



- Englander, M. (2020). Phenomenological psychological interviewing. *The Humanistic Psychologist*, 48(1), 54–73. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/hum0000144>
- Ferrater-Mora, J. (1979). Intensión. In *Diccionario de filosofia* (Vol. 2, pp. 1741-1742). Alianza Editorial.
- Fuchs, T. & De Jaegher, H. (2009). Enactive intersubjectivity: Participatory sense-making and mutual incorporation. *Phenomenology and the cognitive sciences*, 8(4), 465-486. <https://doi.org/10.1007/s11097-009-9136-4>
- Fuchs, T. (2013). The phenomenology and development of social perspectives. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 12(4), 655-683. <https://doi.org/10.1007/s11097-012-9267-x>
- Fuchs, T., Messas, G. P. & Stanghellini, G. (2019). More than just description: phenomenology and psychotherapy. *Psychopathology*, 52(2), 63-66. <https://doi.org/10.1159/000502266>
- Galbusera, L., Fuchs, T., Holm-Hadulla, R. M. & Thoma, S. (2022). Person-centered psychiatry as dialogical psychiatry: The significance of the therapeutic stance. *Psychopathology*, 55(1), 1-9. <https://doi.org/10.1159/000519501>
- Gallagher, S. (2001). The practice of mind: Theory, simulation or primary interaction? *Journal of Consciousness Studies*, 8(5–7), 83–108.
- Gomes, W. (2018). Communicational aspects in experimental phenomenology studies on cognition. In A. R. Smith, I. E. Catt & I. E. Klyukanov (Eds.). *Communicology for the human sciences* (pp. 111-131). Peter Lang.
- Gomes, W. B. (2021). Pluralidade de objeto versus pluralismo de concepções em teorias psicológicas. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 38. <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2021.25462>
- Guareschi, P. A. (2020). *Olhares do Alto: Ensaio Crítico*. Evangraf.
- Hart, J. T. (1970). The development of client-centered therapy. In J. T. Hart & T. M. Tomlinson (Eds.). *New directions in client-centered therapy*. Houghton Mifflin.
- Hjelmslev L. (1961). *Prologomena to a theory of language* (F. J. Whitfield, Trans.). University of Wisconsin Press.
- Horvath, A. O., Del Re, A. C., Flückiger, C. & Symonds D. (2011). In J. C. Norcross (Ed.). *Psychotherapy relationships that work* (pp. 25-69). Oxford University Press, Inc.



- Janusz, B. & Peräkylä, A. (2021). Quality in conversation analysis and interpersonal process recall. *Qualitative Research in Psychology*, 18(3), 426-449. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1080/14780887.2020.1780356>
- Klinke, M. E. & Fernandez, A. V. (2022). Taking phenomenology beyond the first-person perspective: conceptual grounding in the collection and analysis of observational evidence. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 1-21. <https://doi.org/10.1007/s11097-021-09796-1>
- Lanigan, R. L. (1992). Communicology: An encyclopedic dictionary of the human science. In R. L. Lanigan. *The Human science of communicology* (pp. 197-244). Duquesne University Press Lanigan.
- Mascolo, M. F. & Kallio, E. (2020) The Phenomenology of Between: An Inter-subjective Epistemology for Psychological Science, *Journal of Constructivist Psychology*, 33(1), 1-28. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1080/10720537.2019.1635924>
- Merleau-Ponty, M. (1996). *Fenomenologia da percepção* (C. A. R. de Moura, Trad.). Martins Fontes. (Original publicado em francês em 1945)
- Norcross, J. C. & Lambert, M. J. (2018). Psychotherapy relationships that work III. *Psychotherapy*, 55(4), 303-315. <https://doi.org/10.1037/pst0000193>
- Parrow, K., Sommers-Flanagan, J., Cova, J. & Lungu, H. (2019). Evidence-based relationship factors: A new focus for mental health counseling research, practice, and training. *Journal of Mental Health Counseling*, 41, 327-342. <https://doi.org/10.17744/mehc.37.2.g13472044600588r>
- Pienkos, E. & Messas, G. (2018). Preface to the EAWE Portuguese version: A case for a new era of phenomenological psychopathology in psychiatry and clinical psychology. *Revista Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea*, 7(2), 1-9. <https://doi.org/10.37067/rpfc.v7i2.969>
- Puente, M. (1970). *Carl R. Rogers: De la psychothérapie à l'enseignement*. Epi.
- Reddy, V. (2003). On being the object of attention: implications for self-other consciousness. *Trends in Cognitive Sciences*, 7(9), 397-402. [https://doi.org/10.1016/S1364-6613\(03\)00191-8](https://doi.org/10.1016/S1364-6613(03)00191-8)
- Ripple, L. (1955). Book Review: Psychotherapy and personality change edited by Carl R. Rogers and Rosalind F. Dymond. *Social Service Review*, 29(1), 91-94. <https://doi.org/10.1086/639786>
- Rogers C. & Dymond, R. F. (Eds.). (1954). *Psychotherapy and Personality Change: Coordinated Research Studies in the Client-Centered Approach*. University of Chicago Press.





- Rogers C. (1959). A theory of therapy, personality, and interpersonal relationships, as developed in the client-centered framework. In S. Koch (Ed.). *Psychology: A Study of a science* (Vol. 3, pp. 184-256). McGraw-Hill Book Company Inc.
- Rogers, C. (1951). *Client-Centered Therapy*. Houghton Mifflin.
- Rogers, C. (1967). Carl Rogers. In E. G. Boring & G. Lindzey (Eds.). *A history of psychology in autobiography* (pp. 341-384). Appleton-Century-Crofts.
- Rogers, C. R. (1942). *Counseling and Psychotherapy*. Houghton Mifflin.
- Rogers, C. R. (1945). The Nondirective Method as a Technique for Social Research. *American Journal of Sociology*, 50(4), 279–283. <https://doi.org/10.1086/219619>
- Rogers, C. R. (1958). A process conception of psychotherapy. *American Psychologist*, 13(4), 142-149. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/h0042129>
- Rogers, C. R. (1961). *On becoming a person*. Houghton Mifflin.
- Rogers, C. R. (1963). Toward a science of the person. *Journal of Humanistic Psychology*, 3(2), 72–92. <https://doi.org/10.1177/002216786300300208>
- Rogers, C. R. (1987). *Tornar-se pessoa* (M. J. C. Ferreira, Trad.). Martins Fontes. (Original publicado em 1961)
- Rogers, C. R. (2005). *Psicoterapia e Consulta Psicológica* (M.J.C. Ferreira, Trad.). Martins Fontes. (Original publicado em 1942)
- Rychlak, J. F. (1981). *Introduction to personality and psychotherapy*. Houghton Mifflin Company.
- Schmid, P. F. (2001). Acknowledgement: The art of responding. Dialogical and ethical perspectives on the challenge of unconditional personal relationships in therapy and beyond. In J. Bozard, & P. Wilkins (Eds.). *Rogers Therapeutic Conditions Evolution Theory & Practice: Unconditional Positive Regard* (Vol. 3, pp. 49–64). PCCS Books.
- Schmid, P. F. (2003). The Characteristics of a Person-Centered Approach to Therapy and Counseling: Criteria for identity and coherence. *Person-Centered & Experiential Psychotherapies*, 2(2), 104-120 <https://doi.org/10.1080/14779757.2003.9688301>
- Schmid, P. F. (2005). Facilitative responsiveness: Non-directiveness from an anthropological, epistemological and ethical perspective. In B. Levitt (Ed.). *Embracing non-directivity: Reassessing person-centred theory and practice in*



*the 21st century* (pp. 74–94). PCCS Books

Smith, D. (1982). Trends in counseling and psychotherapy. *American Psychologist*, 37(7), 802–809. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0003-066X.37.7.802>

Speigelberg H. (1972). *Phenomenology in psychology and psychiatry*. Northwestern University Press

Stenzel, L. M. (2021). Habilidades terapêuticas interpessoais: A retomada de Carl Rogers na prática da psicologia baseada em evidências. *Psicologia Clínica Psic. Clin.*, 33(3), 557 – 576. <http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0033n03A09>

Wyatt F. & Williams J. V. (1961) Psychotherapy and Personality Change Edited by Carl R. Rogers and Rosalind F. Dymond, Book Review. *International Journal of Group Psychotherapy*, 11(3), 347-349. <https://doi.org/10.1080/00207284.1961.11508185>

Zahavi, D. (2001). Beyond empathy. Phenomenological approaches to intersubjectivity. *Journal of Consciousness Studies*, 8(5-7), 151–167.

Zahavi, D. (2015). Self and other: from pure ego to co-constituted we. *Continental Philosophy Review*, 48(2), 143-160.

Zlatev, J. (2008). The co-evolution of intersubjectivity and bodily mimesis. In J. Zlatev, T. P. Racine, C. Sinha & E. Itkonen (Eds.). *The shared mind: Perspectives on intersubjectivity* (pp. 215-244). NL. John Benjamins Publishing Company.

### **Nota sobre os autores:**

Lucia Marques Stenzel é professora associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Saúde (PPG/UFCSPA) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal do Pará (UFPA) na linha de pesquisa Fenomenologia: Teoria e Clínica. Coordenadora da Aletheia: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicologia Humanista e Existencial na UFCSPA. Membro do GT da Anpepp Fenomenologia, Saúde e Processos Psicológicos. E-mail: [lstenzel@ufcspa.edu.br](mailto:lstenzel@ufcspa.edu.br)

William Barbosa Gomes é professor aposentado e Fellow Senior do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi Bolsista Produtividade CNPq de 1988 a 2019, onde chegou a Pesquisador 1A entre



2006-2019. Dedicou-se, atualmente, a projetos teóricos de longa duração, entre os quais se destacam Diferenças entre Aportes Conceptuais e Estruturais na História da Psicologia, Unidade em Psicologia, e Contribuições da Fenomenologia à Ciência. E-mail: [gomesw@ufrgs.br](mailto:gomesw@ufrgs.br)

**Data de submissão:** 02.06.2022

**Data de aceite:** 09.12.2022